

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

PROJETO PEDAGÓGICO
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA, NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

DOURADOS

2013

- Aprovado pela Deliberação CPPG-CEPE N° 112, de 27 de março de 2013.
- Homologado, com alteração, pela Resolução, pela Resolução CEPE n° 1.269, de 25.4.2013.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA, NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO:

Prof. Moisés Simão Kaveski (Presidente)

Prof^a Eleuza Ferreira Lima

Prof^a Adriana Rochas de Carvalho Fruguli Moreira

Prof^a Rosele Marques Vieira

Prof^a Rosenery Loureiro Lourenço

Prof. Rogerio Turella

Prof. Airton Pinto de Moura

Prof. Moisés Centenaro

DOURADOS

2013

SUMÁRIO

1 NOME DO CURSO E ÁREA DO CONHECIMENTO	3
2 UNIDADE PROPONENTE	3
3 JUSTIFICATIVA	3
4 HISTÓRICO DA UEMS E DA ESCOLA DE GOVERNO MS.....	6
4.1 UEMS	6
4.2 Escolagov-MS	6
5 OBJETIVOS	7
6 PÚBLICO-ALVO.....	8
7 PERFIL DO EGRESSO	8
8 LOCAL DE REALIZAÇÃO E NÚMERO DE VAGAS	8
9 PERÍODO DE REALIZAÇÃO	9
10 METODOLOGIA.....	9
11 COORDENADOR DO CURSO	10
12 AVALIAÇÃO DO ALUNO.....	10
13 ESPECIFICAÇÕES DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	11
14 CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DE CERTIFICADO	11
15 MATRIZ CURRICULAR, CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS.....	11
16 EMENTAS, OBJETIVOS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS DAS DISCIPLINAS PERTENCENTES AO MÓDULO BÁSICO	13
17 EMENTAS, OBJETIVOS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS DAS DISCIPLINAS PERTENCENTES AO MÓDULO ESPECÍFICO	18
APÊNDICE A – Corpo Docente	24
APÊNDICE B – Orçamentos	25

1 NOME DO CURSO E ÁREA DO CONHECIMENTO

Nome do Curso: Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública

Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Modalidade de Ensino: a Distância

2 UNIDADE PROPONENTE

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Ponta Porã

3 JUSTIFICATIVA

O setor público tem um importante papel em questões econômicas, sociais e políticas as quais funcionam como *inputs* responsáveis pelo desencadeamento de melhor distribuição de renda e geração de empregos. Sob esse entendimento, os cursos de Especialização em Gestão Pública marcam sua importância na medida em que capacitam gestores e formuladores de políticas públicas a intervirem na realidade social, política e econômica de maneira eficiente e eficaz.

O ambiente contemporâneo, caracterizado tanto por constantes mudanças quanto por escassez de recursos, requer profissionais que conduzam as organizações públicas com espírito crítico, visão estratégica de negócios, técnicas gerenciais adequadas e compromisso ético. É fato que as recentes mudanças surgidas no ambiente das organizações públicas, inclusive no que tange o Direito, a Administração e a Contabilidade, interferem inevitavelmente na característica, na qualidade e na transparência dos serviços oferecidos à sociedade.

Diante disso, é clara a necessidade de um programa de capacitação que contemple áreas do conhecimento como ciência política, economia, administração, contabilidade, direito, sociologia, história e cibernética, desenvolva no profissional a capacidade de prestar, com alto

nível de qualidade, serviços inerentes ao planejamento e a gestão pública que sejam coerentes à necessidade atual.

Cardoso Jr (2011, p. 8)¹ defende que “planejamento governamental e gestão pública constituem, a bem da verdade, duas dimensões cruciais e inseparáveis da atuação dos Estados contemporâneos” sob esse prisma o autor enfatiza que planejamento e gestão devem ser reequilibrados e ressignificados como uma unidade de análise e reconstrução das capacidades do Estado para o cumprimento de sua missão. Planejamento sem gestão é processo fadado ao fracasso e a descontinuidade, por outro lado, a gestão é uma atividade que apenas faz sentido estratégico se adequadamente acoplada às diretrizes emanadas do planejamento governamental.

Planejamento e gestão fazem parte da pauta governamental tanto na esfera federal quanto estadual e municipal. Ao ponderar sobre o importante papel do governo estadual, bem como as várias mudanças ocorridas nas últimas décadas, Abrucio (1998)² destaca que os governos estaduais passaram por várias modificações: inicialmente, na década de 1980, os governos estaduais ganharam maior poder e autonomia, por meio da redemocratização, que iniciou-se com eleições a governador e consolidou-se com a aprovação da Constituição de 1988. Depois, outra recente mudança para os estados foi o novo cenário de relações intergovernamentais, onde os municípios foram fortalecidos e ganharam status constitucional, e os governos estaduais saíram da execução direta de diversos serviços e assumiram o papel de coordenação, financiamento suplementar ou de ação conjunta junto ao poder local.

As reformas na gestão pública estadual têm sido impulsionadas, desde meados de 1990, por cinco fatores que interagem e se reforçam mutuamente: a) crise financeira dos governos estaduais e a construção de uma coalizão e de instituições pró-ajuste fiscal; b) a propagação das idéias da Nova Gestão Pública após 1995; c) disseminação de boas práticas e inovações administrativas em todas as esferas de governo; d) fortalecimento de fóruns federativos interestaduais; e) processo de construção de rede entre a União e os Estados em prol do PNAGE, em termos de diagnóstico, montagem e negociação do programa (ABRUCIO, 1998)³.

¹ CARDOSO JR., J.C. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil**: elementos para ressignificar o debate e capacitar o estado. Texto para discussão 1584. Brasília: IPEA, 2011

² ABRUCIO, F.L. **Os barões da Federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/USP, 1998.

³ Id., 1998.

No âmbito da agenda reformista dos governos estaduais, Abrucio (1998)⁴ observa que, o aspecto que salta à vista, é a relevância da questão fiscal que foi a maior propulsora das reformas e inovações nos estados e também observa que na área de Recursos Humanos, a profissionalização da burocracia estadual teve alguns avanços, como por exemplo, a criação de carreira de gestores, o aumento do número de Escolas de Governo, a ampliação dos recursos e programas de capacitação.

De acordo com Abrucio (1998)⁵, além do que já foi realizado, é necessário que, os estados analisem e trabalhem sobre suas fragilidades: 1) as informações que os governos estaduais têm sobre si mesmos; 2) a fragmentação e a descoordenação entre as partes; 3) a prestação dos serviços públicos nas três principais áreas-fim dos governos estaduais: segurança, educação e saúde; 4) os recursos humanos; 5) a gestão da mudança.

Abrucio (1998)⁶ destaca que “no campo das inovações da Nova Gestão Pública, portanto, o tema dos Recursos Humanos tem um enorme caminho pela frente” e enfatiza que, “a maior fragilidade dos estados encontra-se na área de Recursos Humanos. Trata-se de uma variável diagonal, ou seja, que afeta a todos os outros setores da administração pública”.

Nesse sentido, Marconi (2005, p.4)⁷ argumenta que o setor público necessita contar com profissionais com perfis mais flexíveis, que aprendam e se desenvolvam continuamente. Também discorre que especialistas em recursos humanos defendem uma gestão estratégica de recursos humanos baseada na importância que os funcionários têm para a dinâmica da organização, e que promove um papel proativo dos gestores públicos e incentiva o planejamento. Esta gestão visa “aumentar a habilidade dos servidores – e, por consequência, do próprio órgão público – para realizar seu trabalho de modo a alcançar seus objetivos”.

Desta forma, com o intuito de suprir a necessidade de qualificação profissional existente e favorecer o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da especialização de servidores que prestam serviços públicos no Estado, propõe-se a criação do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, EaD, o qual configura-se como uma parceria entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Escola de Governo do MS.

⁴ Id., 1998.

⁵ Id., 1998.

⁶ Id., 1998.

⁷ MARCONI, N. **Políticas integradas de recursos humanos para o setor público**. Disponível em: www.top.org.ar/documentos/MARCONI%20Nelson%20-%20Políticas%20integradas%20de%20recursos%20humanos.pdf . Acesso em: 5 fev. 2005.

4 HISTÓRICO DA UEMS E DA ESCOLA DE GOVERNO MS

4.1 UEMS

Criada em 1979 e implantada efetivamente em 1994, após a publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, a UEMS nasceu e se desenvolveu como uma universidade compromissada com as necessidades regionais e com o desenvolvimento técnico, científico e social do Estado. Deste modo, orientados pela visão de futuro da UEMS que é consolidar-se como instituição geradora, socializadora e fomentadora do avanço científico e tecnológico que culmine no desenvolvimento da sociedade sul-mato-grossense, professores pesquisadores e técnicos buscaram, ao longo dos anos, objetos de pesquisa que contemplassem questões da administração pública.

A partir de 2002, vinculada ao interesse de aprimoramento da administração pública a UEMS passou a fazer parte da rede de núcleos de gestão pública, uma iniciativa da Escola de Governo de Mato Grosso do Sul (Escolagov-MS) para discutir os problemas e levantar soluções à administração pública estadual, com a qual aderiram seis instituições de ensino superior do Estado. Estas IES, lideradas pela UEMS, ofereceram o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública.

Em 2010, por meio do Edital da Universidade Aberta do Brasil, a UEMS ofereceu o Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, o que representou uma grande oportunidade para alavancar os esforços da UEMS em direção ao avanço do ensino, da pesquisa e da extensão na Administração Pública.

Em 2012, nova oportunidade se abre, visto que a Escola de Governo ao compartilhar com a UEMS do entendimento sobre a necessidade de capacitação e qualificação de servidores para atender as recentes exigências no campo do Direito, da Administração e da Contabilidade, chamou a UEMS para discussões a respeito de questões pertinentes à Administração Pública, fato que trouxe à existência o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, na modalidade a distância, objeto deste projeto pedagógico.

4.2 ESCOLAGOV-MS

Em 2001, por meio do Decreto Estadual nº 10.343, de 27 de abril, foi criada a Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul com o objetivo de promover a

valorização e o desenvolvimento dos servidores públicos, “adequando-os aos novos perfis profissionais requeridos pelo setor público, por meio de um programa permanente de capacitação, elevando o nível de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados ao cidadão” (ESCOLAGOV, 2012).

Em 11 anos de criação, a Escolagov-MS oportunizou a milhares de servidores públicos a ampliação de conhecimentos e qualificação profissional para a ética e eficiente execução de seus deveres. Por meio da formação de lideranças aptas a intervir no debate público sobre as questões de Estado, a Escolagov-MS contribuiu para a melhoria da gestão pública, para a modernização do Estado e também produziu e difundiu ideias sobre a gestão e políticas públicas.

A atuação da Escolagov-MS alicerça-se em três linhas: Desenvolvimento do Servidor Público, Desenvolvimento da Cidadania e Melhoria da Governança. Com vistas a elevar o nível de qualidade, eficiência e efetividade dos serviços prestados à população, os servidores públicos podem qualificar-se por meio de cursos presenciais e cursos a distância.

O programa de educação Presencial da Escolagov-MS oferece cursos estruturados dentro das seguintes linhas: a) Desenvolvimento do Servidor Público; b) Desenvolvimento da Cidadania; c) Desenvolvimento de Tecnologia da Informação; d)Recrutamento e Seleção de Pessoal.

O Programa de Educação a distância da Escolagov-MS oferece cursos com o objetivo de atingir os servidores que não podem frequentar aulas presenciais. Estes cursos, que contemplam a linha de ação da Escolagov-MS são estruturados, reforçam o compromisso de bem atender os servidores públicos estaduais e municipais de Mato Grosso do Sul.

5 OBJETIVOS

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, na modalidade a distância, tem como objetivos: capacitar pessoal de nível superior para exercerem atividades gerenciais; promover o desenvolvimento da visão estratégica dos negócios públicos para que os servidores possam intervir na realidade social, política e econômica na qual estão inseridos.

6 PÚBLICO-ALVO

O curso destina-se aos portadores de diploma de curso superior, devidamente reconhecido pelo órgão competente, que exerçam atividades em órgãos públicos. As vagas não preenchidas por servidor público serão disponibilizadas para a comunidade.

7 PERFIL DO EGRESSO

Os profissionais devem adquirir conhecimentos que lhes permitam desenvolver as seguintes habilidades e competências:

- consciência e responsabilidade ética, social, política e profissional para buscar constante atualização teórica e prática para atendimento das necessidades governamentais;
- capacidade para analisar, diagnosticar, e propor alternativas para situações organizacionais complexas e para o desenvolvimento da região considerando os recursos existentes;
- capacidade de pensar criticamente os problemas de governo e propor medidas para aperfeiçoamento de projetos existentes e implantação de projetos novos;
- capacidade de liderança e tomada de decisão.

8 LOCAL DE REALIZAÇÃO E NÚMERO DE VAGAS

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, na modalidade a distância, será ofertado pela UEMS em cinco Polos, os quais disporão de Apoio Presencial e terão o seguinte número de vagas conforme mostra o Quadro 1:

Quadro 1 – Local de Realização

Nº	Município	Nº de Vagas
1	Campo Grande	50 (cinquenta)
2	Dourados	50 (cinquenta)
3	Ponta Porã	50 (cinquenta)
4	Corumbá	50 (cinquenta)
5	Três Lagoas	50 (cinquenta)

Fonte: Os autores (2013)

A UEMS e a Escolagov-MS providenciarão para os alunos a estrutura necessária nas Unidades Polo, com infraestrutura física, técnica e pedagógica, laboratório de computação e biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

Nos municípios de Dourados e Ponta Porã a infraestrutura será de responsabilidade da UEMS e nos municípios de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas será de responsabilidade da Escola de Governo.

9 PERÍODO DE REALIZAÇÃO

O curso terá duração de 18 (dezoito) meses, incluindo cumprimento de créditos e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso e será ofertado nos municípios de Ponta Porã, Dourados, Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas.

10 METODOLOGIA

O curso será realizado a distância por meio de encontros virtuais e encontros presenciais. Os encontros virtuais serão síncronos e assíncronos. Nestes encontros os alunos cumprirão créditos, elaborarão tarefas e outras atividades relativas às disciplinas e receberão orientação para elaboração dos trabalhos de conclusão de curso. No momento a distância, o aluno deverá ler os textos relacionados à disciplina e apresentar atividades de aprendizagem que evidenciem a compreensão do conteúdo estudado e sua aplicação no campo da Gestão Pública.

A Internet configura-se nesse curso como um dos principais meios de comunicação. Por meio do ambiente virtual de aprendizagem *Moodle* serão utilizadas variadas ferramentas de interação para atender a especificidade e atingir os objetivos de cada disciplina. Nesta plataforma virtual, o aluno, além de receber textos básicos, textos complementares e atividades por disciplina, poderá se comunicar com seus professores, tutores e outros alunos por meio de *chats*, fóruns de discussão, e-mail e outros recursos.

Os encontros presenciais serão realizados no início de cada disciplina, nas avaliações de aprendizagem por meio de provas e defesa do trabalho de conclusão de curso.

Além dos encontros virtuais e presenciais, os alunos disporão de um sistema de tutoria. Haverá para cada grupo de 25 (vinte e cinco) alunos um tutor a distância. Assim, visto que esse projeto prevê um número máximo de 250 (duzentas e cinquenta) vagas distribuídas em 5 (cinco) Polos, serão necessários 10 (dez) tutores a distância. Além disso, em cada Polo haverá um tutor presencial, que estará disponível para os 50 (cinquenta) alunos matriculados neste Polo, desta forma serão necessários 5 (cinco) tutores presenciais neste projeto. Caso o número de alunos previsto não atinja 250, automaticamente será reduzido o número de tutores a distância, desde que não ultrapasse o número de 25 alunos por tutor.

11 COORDENADOR DO CURSO

O coordenador do curso será eleito pelos seus pares e deverá ser membro do quadro efetivo da UEMS.

12 AVALIAÇÃO DO ALUNO

A avaliação das disciplinas será realizada por meio de uma ou mais das seguintes formas: a) provas escritas, objetivas e/ou subjetivas; b) exposição de trabalhos; c) atividades *on line*.

Cada disciplina terá um valor expresso em créditos sendo que cada crédito corresponde a 15 horas/aula. Os créditos relativos a cada disciplina somente serão conferidos ao aluno que obtiver no mínimo o conceito “C”. O Quadro 2 evidencia os critérios de avaliação e aprovação do aluno nas disciplinas por meio da relação entre nota, conceito, significado e resultado das avaliações.

Quadro 2 – Critérios de Avaliação das Disciplinas

Nota	Conceito	Significado	Resultado
9,0 a 10,0	A	Excelente	Aprovado
8,0 a 8,9	B	Bom	Aprovado
7,0 a 7,9	C	Regular	Aprovado
0 a 6,9	D	Insuficiente	Reprovado

Fonte: Os autores (2013)

13 ESPECIFICAÇÕES DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser desenvolvido por meio de atividade de pesquisa na área da Gestão Pública Municipal ou Estadual e será na modalidade de artigo científico. O trabalho deverá contemplar domínio do tema escolhido e tratamento científico adequado, e deverá ser formatado conforme normas estabelecidas no regulamento do curso.

O trabalho de conclusão de curso deverá ser acompanhado por um professor do curso, a ser definido pelo Colegiado, e ser apresentado a uma banca examinadora em audiência pública presencial.

14 CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DE CERTIFICADO

O certificado de especialista em gestão pública será concedido ao aluno que: a) atender as exigências obrigatórias previstas no regulamento do curso; b) completar, com aprovação, o número de créditos previstos, segundo as normas vigentes; c) obtiver aprovação na avaliação do trabalho de conclusão de curso; d) não possuir débitos com a biblioteca e demais órgãos da UEMS.

15 MATRIZ CURRICULAR, CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS

O curso terá carga horária de 405 (quatrocentos e cinco) horas, correspondentes a 27 (vinte e sete) créditos em disciplinas, sendo 03 (três) créditos correspondentes ao Trabalho de Conclusão de Curso. A matriz curricular é composta por 12 (doze) disciplinas distribuídas em um módulo básico e um módulo específico conforme mostra o Quadro 3:

Quadro 3 – Matriz curricular, carga horária e créditos

	Ordem	Disciplinas	Carga Horária	Créditos
Módulo Básico	1	Administração Pública e os Desafios do Cenário Internacional	30	2
	2	Economia e Mercados	30	2
	3	Teoria da Administração Pública	30	2
	4	Políticas Públicas	30	2
	5	Introdução à Educação a distância e Ferramentas MODLE e WEB conferência	30	2
	6	Metodologia da Pesquisa e Orientação para o TCC	30	2
Carga Horária e Créditos totais do Módulo Básico			180	12
Módulo específico	1	Gestão Estratégica de Pessoas na Administração Pública	30	2
	2	Gestão Financeira e Orçamentária	30	2
	3	Marketing nas Organizações Públicas	30	2
	4	Contabilidade Governamental e Auditoria	30	2
	5	Negociação e Diplomacia Executiva	30	2
	6	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30	2
Carga Horária e Créditos totais do Módulo Específico			180	12
Trabalho de Conclusão de Curso			45	3
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS			405	27

Fonte: Os autores (2013)

16 EMENTAS, OBJETIVOS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS DAS DISCIPLINAS PERTENCENTES AO MÓDULO BÁSICO

DISCIPLINA: Administração Pública e os Desafios do Cenário Internacional

EMENTA: Administração pública no cenário internacional. Administração pública no Brasil. Desafios e mudanças de paradigmas na administração pública. Administração pública no Mato Grosso do Sul.

OBJETIVOS: Compreender os principais desafios da administração pública no mundo contemporâneo; Analisar os contornos da administração pública no cenário internacional; Compreender o atual estágio da administração pública no Brasil; Analisar a administração pública no Mato Grosso do Sul.

BIBLIOGRAFIA:

BOURGON, Jocelyne. **Em busca de uma nova síntese para a administração pública:** textos para discussão. Brasília: ENAP, 2010.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Lei 2.152, de 26 de outubro de 2000.** Dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do sul e dá outras providências. Campo Grande, 2000.

GRAHAM JR., Cole Blease; HAYS, Steven W. **Para administrar a organização pública.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. **Administração Pública no Brasil: Crises e Mudanças de Paradigmas.** São Paulo: Fapesp, 2000.

MARINI, Caio. Um decálogo da boa gestão pública: os desafios de um Estado para resultados. In: XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina. **Anais...** Buenos Aires, 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.42, n.1, jan-fev. 2008.

OSBORNE, David & GAEBLER, Ted. **Reinventando o Governo:** Como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: Editora MH Comunicações, 1992.

PROENÇA, Jadir Dias; COSTA, Patrícia Vieira da; MONTAGNER, Paula. **Desafios da regulação no Brasil**. Brasília: ENAP, 2009.

DISCIPLINA: Economia e Mercados

EMENTA: Estudo da ciência econômica a nível introdutório. Noções básicas de Economia e do funcionamento de um Sistema Econômico. Fundamentos elementares de Microeconomia e Macroeconomia. Noções de Comércio Internacional. A influência da Moeda. O Crescimento da participação do setor público na atividade econômica. Desenvolvimento e do Crescimento Econômico.

OBJETIVO: Compreender e utilizar os conceitos e instrumentos da análise econômica que constituem os princípios básicos da Economia; Compreender os fenômenos econômicos da realidade e identificar os conceitos fundamentais da teoria econômica.

BIBLIOGRAFIA:

MANKIW, N.G. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Thompson, 2005.

PINHO, D.B ; VASCONCELLOS, M. A.S. (Org.). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. Atlas: São Paulo, 2012.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. Atlas: São Paulo, 1994.

VASCONCELLOS, M.A. S. **Economia: Micro e Macro**. São Paulo: Atlas, 2011.

VASCONCELLOS, M. A.S. ; GARCIA, M.E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2008.

WELSSELS, W. J. **Economia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

WONNACOTT, P.; WONNACOTT, R. Y. R. C. e Carlos Augusto Crusius (Coord.). **Economia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2004.

DISCIPLINA: Teoria da Administração Pública

EMENTA: Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública.

OBJETIVO: Apresentar a evolução e o estado da arte em teorias específicas da Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA:

BEHN, Robert D. O novo paradigma da gestão pública e a busca da *accountability* democrática. **Revista do Serviço Público**. Brasília, n.4, out-dez. 1998.

MINTZBERG, Henry. Administrando governos, governando administrações. **Revista do Serviço Público**. Brasília, n.4, out-dez, 1998.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**. Brasília, jan-abr. 1996.

RUA, Maria das Graças. Desafios da administração pública brasileira: governança, autonomia, neutralidade. **Revista do Serviço Público**. Brasília, n.3, set-dez. 1997.

DISCIPLINA: Políticas Públicas

EMENTA: Políticas públicas. Conceitos básicos. Análise de políticas públicas. Atores políticos e padrões de comportamento e interação. Arenas de disputa, poder e recursos de poder. Análise estrutural de Políticas Públicas. Planejamento e implementação de Políticas Públicas. As Políticas públicas na Nova Administração Pública Gerencial Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais. Controle e Avaliação das Políticas Públicas.

OBJETIVO: Discutir o conceito de política pública e estabelecer relação entre política e política pública; Compreender as distinções entre análise política e análise de políticas

públicas; Compreender a abordagem sistêmica na análise de políticas públicas e a concepção do ciclo da política pública e identificar corretamente as fases desse ciclo; Reconhecer atores em uma política pública, identificar suas preferências e recursos de poder.

BIBLIOGRAFIA:

DULCI, Otávio Soares. Estado, sociedade e políticas públicas no cenário mundial. **Caderno de textos, Fundação João Pinheiro, Escola de Governo de Minas Gerais**. Minas Gerais, nº. 6, jul. 1997. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=49385&codUsuario=0>. Acesso em: 03 nov. 2012.

BURSZTYN, Marcel. **Políticas públicas para o desenvolvimento (sustentável)**. In: _____ (org.). *A difícil sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CARVALHO, Daniela Gomes. **Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional**: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade. Brasília: IPEA, v.1, jun. 2009.

COTTA Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**. Brasília, n.2, abr-jun. 1998.

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. **Revista do Serviço Público**. Brasília, n.1, jan-mar. 2001.

HEIDEMANN, Francisco G. & SALM, José Francisco. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Brasília: Editora UNB, 2009.

LOWI, Theodore. American business public Policy, Case-studies and political theory. In: BAUER. R.A., POOL and DEXTER, L.A. **American Business and Public Politic**: The Politics of Foreign Trade. New York: Atherton Press, 1963.

MATUS, Carlos. **Política Planejamento e Governo**. Brasília: IPEA, 1993.

RUA, Maria das Graças. Avaliação da integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ao Programa Bolsa Família. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v.58, n.4, out-dez. 2007.

_____. Desafios da administração pública brasileira: governança, autonomia, neutralidade. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v.48, n.3, set-dez. 1997.

_____. **Políticas públicas**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

DISCIPLINA: Introdução à Educação a distância e Ferramentas MOODLE e WEB conferência

EMENTA: Introdução aos fundamentos teóricos da Educação a Distância. Histórico da Educação a Distância. Estudo e reflexão dos conceitos de Educação Aberta e a Distância. Importância do uso de novas tecnologias como meio para a produção do conhecimento. Recursos Humanos envolvidos no processo de EaD. Legislação da Educação a Distância. Plataformas e ambientes virtuais de aprendizagem.

OBJETIVO: Apresentar os principais componentes conceituais e técnicos que caracterizam a modalidade de ensino aberto e a distância: bases legais, atores envolvidos, o *–modus operandi*, e ferramentas da *Web*; Compreender e utilizar a plataforma *MOODLE*, selecionada como ambiente virtual de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso: 01 nov. 2012.

COSTA, Maria Luisa Furlan, ZANATTA, Regina Maria (Org.). **Educação a distância no Brasil**: aspectos históricos, legais, políticos e metodológicos. Maringá: UEM, 2008.

LITWIN, Edith (Org.). **Educação a Distância**: temas para debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

NOBRE, Isaura Alcina. et al. **Comunicação e interação entre os atores responsáveis pela gestão EAD**: experiência do Curso Superior de Tecnologia em Análise e desenvolvimento de Sistemas em EAD – CEFETES. Disponível em: <http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CD4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.abed.org.br%2Fcongresso2008%2Ftc%2F55200853510PM.pdf&ei=opCTUJ2rKJCI9gSey4CoAw&usg=AFQjCNFSSimYWzpIduAfONlwnwwTCYB0IA&sig2=2pIbwV2DaxmvGLtWO0PDyA>. Acesso em: 02 nov.2012.

DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa e Orientação para o TCC

EMENTA: O processo de ambientação do aluno com a elaboração de um trabalho científico. Diagnóstico de possíveis problemas na área administrativa. Sugestões para a solução dos problemas e o aprimoramento da gestão pública.

OBJETIVOS: Exercitar a interdisciplinaridade da administração, visando o aprimoramento e a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso; Desenvolver a criatividade e a iniciação à pesquisa relacionada com os problemas peculiares às áreas de atividade profissional; Incrementar as relações entre a UEMS e as organizações;

BIBLIOGRAFIA:

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Manual do administrador:** guia de orientação profissional. Brasília, 2006.

CRUZ, C.; RIBEIRO, U. **Metodologia científica:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora, 2003.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** São Paulo: Saraiva, 2001.

MÁTTAR NETO, J. A. **Metodologia científica na era da informática.** São Paulo: Saraiva, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

17 EMENTAS, OBJETIVOS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS DAS DISCIPLINAS PERTENCENTES AO MÓDULO ESPECÍFICO

DISCIPLINA: Gestão Estratégica de Pessoas na Administração Pública

EMENTA: Gestão de recursos humanos na administração pública. Políticas e problemas de recursos humanos. Desenvolvimento das pessoas e das competências. Evolução da administração pessoal e da responsabilidade social nas organizações. Novos paradigmas de cargos e salários. Educação e treinamento. O comportamento humano nas organizações: modelo explicativo do comportamento; teorias da motivação no trabalho, valores humanos e motivação, cultura organizacional. Lei 1102/90.

OBJETIVOS: Compreender o processo de gestão de pessoas no setor público e, o papel das pessoas nas organizações. Aplicar conhecimentos técnicos para desenvolver ações de gestão de forma a motivar, capacitar, recompensar, desenvolver e manter as pessoas com foco nos objetivos organizacionais.

BIBLIOGRAFIA:

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Lei 1.102/90 de 10 de outubro de 1.990.** Dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis do poder executivo, das autarquias e das fundações públicas do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Campo Grande, 1990.

TRACY, D. **10 passos para empowerment: um guia para gestão de pessoas.** Rio de Janeiro. Campus, 8. ed. 1994.

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas.** São Paulo, Atlas, 11. ed. 2012.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro, 1999.

MARRAS, J. P. **Gestão de pessoas em empresas inovadoras.** São Paulo, Futura. 2005.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas.** São Paulo. Atlas. 2012.

BOHLANDER, G.; SNELL, S.; SHERMAN, A. **Administração de recursos humanos.** São Paulo, Cengage Learning, 2009.

CHIAVENATO, I. **Administração de recursos humanos fundamentos básicos.** São Paulo, Atlas, 5. ed. 2003.

LUCENA, M. D. da S. **Planejamento de recursos humanos.** São Paulo, Atlas. 1995.

KOONTZ, H.; O'DONNELL, C.; WEIHRICH, H. **A administração: recursos humanos; desenvolvimento de administradores.** São Paulo, Pioneira, v.2 14. ed. 1987.

DISCIPLINA: Negociação e Diplomacia Executiva

EMENTA: Bases evolutivas da negociação. Estilos de Negociação. Gestão de Conflito. Variáveis intangíveis na negociação e na diplomacia executiva. Razões motivacionais geradoras das vontades.

OBJETIVO: Compreender e identificar os diferentes aspectos e visões da negociação; Analisar as causas de conflitos organizacionais; Aprimorar os conhecimentos diplomáticos para estabelecer relações organizacionais duradouras; Evoluir no entendimento das variáveis intangíveis que afetam o processo de negociação.

BIBLIOGRAFIA:

CARVALHAL, E. ANDRÉ NETO, A. ANDRADE, G. M. **Negociação e Administração de Conflitos** - Série Gerenciamento de Projetos. São Paulo: FGV, 2012.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARTINELLI, D. P. **Negociação: Conceitos e Aplicações Práticas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MELLO, J. C. M. F. **Negociação Baseada em Estratégia**. São Paulo: Atlas, 2012.

SARFATI, G. **Manual de Diplomacia Corporativa: a construção das relações internacionais da empresa**. São Paulo: Atlas, 2007.

DISCIPLINA: Gestão Financeira e Orçamentária

EMENTA: Análise Econômica Financeira. Fontes de Financiamento. Análise do Ponto de Equilíbrio. Alavancagem Operacional e Financeira. Análise de Investimentos. Mercados de Capital. Orçamento.

OBJETIVO: Aprimorar a capacidade de analisar e interpretar a situação econômica e financeira das organizações públicas; Avaliar os resultados decorrentes da operacionalização e da realização de investimentos públicos; Auxiliar a tomada de decisões quanto ao desempenho e à utilização de recursos financeiros; Ressaltar a importância e aplicabilidade da administração financeira; Demonstrar a racionalidade do orçamento.

BIBLIOGRAFIA:

GITMAN, L.J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson Education, 2010.

HOJI, M. **Administração Financeira e Orçamentária**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, F. G. ASSAF NETO, A. **Curso de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2012.

MENDES, S. **Administração Financeira e Orçamentária: Teoria e Questões**. São Paulo: Método, 2012.

DISCIPLINA: Marketing nas Organizações Públicas

EMENTA: Análise das oportunidades de mercado. Definição de mercados-alvos. Desenvolvimento de estratégias de marketing.

OBJETIVOS: Compreender o papel e a importância do Marketing no mundo dos negócios, e os desafios e riscos existentes no contexto mercadológico; Apresentar as principais ferramentas para definição de mercado alvo; Compreender como são definidos e utilizados os elementos-chave do sistema de marketing; Conhecer o comportamento do consumidor e assim atender a demanda na intenção de se manter competitivo.

BIBLIOGRAFIA:

KOTLER, Philip; Keller, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. São Paulo: Pearson Education, 2006.

KOTLER, Philip. **Marketing 3.0**: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. São Paulo: Campus, 2010.

TORRES, Claudio. **A Bíblia do Marketing Digital**. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA: Contabilidade Governamental e Auditoria

EMENTA: Controle e Auditoria Governamental. Tipos de auditoria. Sistemas de Controle Interno. Normas de Auditoria no Brasil. Processo de Auditoria. Auditoria das Demonstrações Contábeis. Relatórios de Auditoria.

OBJETIVOS: Compreender os conceitos de Controle e de Auditoria; Executar testes de Auditoria com base nos princípios contábeis e normas de auditoria.

BIBLIOGRAFIA:

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. São Paulo: Atlas, 2010.

BATISTA, Daniel Gerhard. **Manual de Controle e Auditoria: com ênfase na Gestão de Recursos Públicos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **Lei 4.320/64 de 17/03/1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, Brasília, mar. 1964.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **RESOLUÇÃO CFC Nº 986/03**, de 21 de novembro de 2003. Aprova a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/NBC_TSP_28022012.pdf>. Acesso em: 26.02.2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC TSP – do Serviço Público: Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/NBC_TSP_28022012.pdf>. Acesso em: 26.02.2013.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, Contabilidade e controle interno no Setor Público: Integração das Áreas do Ciclo de Gestão**. São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Fundamentos de auditoria governamental e empresarial**. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. **Manual de auditoria governamental**. São Paulo: Atlas, 2003.

PINHO, Ruth Carvalho de Santana. **Fundamentos de Auditoria: Auditoria Contábil. Outras Aplicações de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Moacir Marques da. **Curso de Auditoria Governamental: de acordo com as normas internacionais de auditoria pública aprovadas pela INTOSAI**. São Paulo: Atlas, 2012.

DISCIPLINA: Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos

EMENTA: Planejamento Estratégico. A prática da elaboração e gestão de projetos. Elementos básicos dos projetos. O produto do projeto e seu mercado. Estudos técnicos do projeto. Importância do projeto. Aspectos administrativos e legais, econômicos, técnicos e financeiros. Critérios de análise de viabilidade econômica de um projeto. Elaboração e análise de projetos de viabilidade. Abordagem dos aspectos teóricos e práticos das diferentes metodologias que compõem a análise de viabilidade financeira de projetos de natureza privada ou pública.

OBJETIVO: Fornecer conhecimento e técnicas para elaborar diferentes projetos de investimento, e para analisar propostas de investimento a partir da viabilidade financeira e relação custo-benefício; Conhecer os conceitos de gerenciamento de projetos; Identificar as diferentes metodologias e fases do gerenciamento de projetos; Contribuir para a elaboração de um plano de gerenciamento de projetos.

BIBLIOGRAFIA:

CLEMENTE, Ademir. **Projetos Empresariais e Públicos**. São Paulo: Atlas, 2008.

CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI Jr., Roque. **Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos Brasileiros**. São Paulo: Atlas, 2006.

KAPLAN, Robert S. e NORTON, David P. **Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o *Balanced Scorecard* prosperam no novo ambiente de negócios**. Rio de Janeiro : Campus, 2000.

MATHIAS, W.F.; WOILER, S. **Projetos, planejamento, elaboração e análise**. São Paulo: Atlas, 2008.

MOREIRA, Cid Knipel; CATTINI, Jr. Orlando; KWHLING, Ralph. **Gestão de Projetos**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MENEZES, Luiz César de Moura. **Gestão de projetos**. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP**. Rio de Janeiro, n.40, v.1, p.273-288, mar-abr. 2006.

APÊNDICE A – Corpo Docente

O corpo docente do curso de Pós-graduação “Lato Sensu” em Gestão Pública, na modalidade a distância, segue elencado no Quadro 4 com indicação do nome, titulação, instituição e regime de trabalho:

Quadro 4 – Corpo Docente

Nomes	Titulação	Instituição	Regime de Trabalho
Adriana Rochas de Carvalho Fruguli Moreira	Doutora	UEMS	Tempo integral
Airton Pinto de Moura	Doutor	UEMS	Tempo integral
Alex Sandro Richter Won Mühlen	Mestre	UEMS	Tempo integral
Aparecida Antonia Oliveira	Doutora	UEMS	Tempo integral
Daniel Massen Frainer	Doutor	UEMS	Tempo integral
Eleuza Ferreira Lima	Doutora	UEMS	Tempo integral
Fábio Miguel Gonçalves da Costa	Mestre	UEMS	Tempo integral
Giuliana Mendonça de Farias	Doutora	UEMS	Tempo integral
José Roberto da Silva Lunas	Doutor	UEMS	Tempo integral
Marco Aurélio Perroni Pires	Mestre	UEMS	Tempo integral
Miguel Angelo Batista dos Santos	Doutor	UEMS	Tempo integral
Moisés Centenaro	Doutor	UEMS	Tempo integral
Moysés Simão Kaveski	Mestre	UEMS	Tempo integral
Rosele Marques Vieira	Doutora	UEMS	Tempo integral
Rosenery Loureiro Lourenço	Mestre	UEMS	Tempo integral
Wilson Correa da Silva	Especialista	UEMS	40h

Fonte: Os autores (2013)

APÊNDICE B – Orçamentos

O orçamento total para a execução do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, na modalidade a distância, segue sintetizado no Quadro 5 com indicação dos custos referentes a Bolsas para coordenador, professores, tutores, material didático, deslocamento e diárias:

Quadro 5 – Orçamento Total do Curso de Pós-graduação “Lato Sensu” em Gestão Pública, na modalidade a distancia

Itens	Qtde.	Valor Total
Bolsa Coordenador de curso	18	R\$ 32.400,00
Bolsa Professor	48	R\$ 86.400,00
Bolsa Orientação	250	R\$ 112.500,00
Bolsa Tutores a Distância	160	R\$ 128.000,00
Bolsa Tutores Presenciais	90	R\$ 72.000,00
Elaboração de Material Didático	24	R\$ 43.200,00
Material didático em CD	1	R\$ 8.000,00
Custos com deslocamento de professores e coordenação		R\$ 114.547,20
Custo com diárias de professores e coordenação		R\$ 42.680,00
		R\$ 639.727,20

Fonte: Os autores (2013)